

De Bolsa Esmola à Constituição Federal: o Programa Bolsa Família no jornal *O Estado de São Paulo* (2003-2013)

From Charity Grant to the Federal Constitution:
The “Bolsa Família” program in *O Estado de São Paulo*
newspaper (2003-2010)

André Pires¹
Tainah Biela Dias²

RESUMO

O artigo visa apresentar resultados de uma investigação junto a exemplares selecionados do jornal *O Estado de São Paulo*, no período entre 2003 e 2013, com o intuito de compreender como o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda condicionada do governo federal criado em 2003, foi apresentado em um jornal de grande circulação nacional durante seus 10 primeiros anos de existência. Para a realização da pesquisa, foram lidos 60 exemplares do jornal *O Estado de São Paulo*, selecionados em setembro e outubro de 2003, outubro de 2008 e outubro de 2013. Desse conjunto, foram selecionadas 27 matérias que tratam diretamente do PBF e que constituem o *corpus* da investigação apresentada. A seleção dos períodos temporais justificou-se no sentido de analisar as matérias sobre o PBF no ano de seu lançamento, cinco e dez anos depois. Ao longo dos dez anos, pode-se notar mudanças em relação à maneira como o programa foi retratado pelo jornal, sobretudo, em relação às chamadas portas de saída. Em 2003, foram encontradas matérias que chamavam atenção para a questão das “portas de saída” e tratavam o PBF como “Bolsa Esmola”, por uma característica de seu desenho de não exigir um tempo máximo de permanência no Programa. Tais críticas, ao longo dos anos, arrefeceram, a tal ponto de, em 2013, o principal candidato da oposição à presidência da República propor a Constitucionalização do benefício, além de ser visto como uma força positiva para a campanha da reeleição da presidente da República Dilma Rousseff.

Palavras-chave: políticas públicas, transferência de renda, educação, jornal *O Estado de São Paulo*.

ABSTRACT

The article aims to present the results of a study carried out with selected copies of the newspaper *O Estado de São Paulo* [The State of São Paulo] from 2003 to 2013 in order to understand how the Family Grant Program (Programa Bolsa Família) – a federal conditioned cash transfer program created in 2003 – was presented in a major newspaper during its first 10 years. For the execution of the research, 60 copies of the newspaper *O Estado de São Paulo* were read, selected in September and October 2003, October 2008, and October 2013. Of this set, 27 articles that directly mention the PBF were selected, which constitute the corpus of the presented study. The choice of studied periods aimed to analyze the articles on PBF in the year of its launching, five and ten

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Rod. Dom Pedro I, km 136, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. E-mail: anpires@puc-campinas.edu.br

² Graduada em Ciências Sociais pela PUC-Campinas, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Rua Alfeu Tavares, 149, Rudge Ramos, 09641-000, São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: tainah.biela@gmail.com

years later. Throughout these ten years, changes as to how the program was portrayed by the newspaper can be noticed, especially regarding the so-called exit doors. In 2003, articles were found calling attention to the matter of the “exit doors” and treated the PBF as “Charity Grant”, due to the fact that its design does not require a maximum period of permanence in the Program. Such criticism cooled down throughout the years, to the point that in 2013 the main opposition candidate for the presidency has proposed to constitutionalize the benefit, which was also seen as a positive force to the reelection campaign of the president Dilma Rousseff.

Keywords: public policies, cash transfer program, education, *O Estado de São Paulo* newspaper.

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar resultados de uma investigação junto a exemplares selecionados do jornal *O Estado de São Paulo*, realizada no período entre 2003 e 2013, com o intuito de compreender como o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda condicionada do governo federal criado em 2003, foi apresentado em um jornal de grande circulação nacional durante seus 10 primeiros anos de existência.³ Para a realização da pesquisa, foram lidos 60 exemplares do jornal *O Estado de São Paulo*, selecionados de setembro e outubro de 2003, outubro de 2008 e outubro de 2013. Desse conjunto, foram selecionadas 27 matérias que tratam diretamente do PBF e que constituem o *corpus* da investigação apresentada. A seleção dos períodos temporais justificou-se no sentido de analisar as matérias sobre o PBF no ano de seu lançamento, cinco e dez anos depois.

Lançado oficialmente em 20 de outubro de 2003, o PBF tem, como principal objetivo, o enfrentamento da pobreza. Segundo Cohn (2012, p. 19), o PBF visou “unificar os programas de transferência de renda já existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, criados na gestão que antecedeu o governo Lula [2003–2010], e o Cartão Alimentação, criado no início de sua [presidente Lula] gestão”. Para viabilizar essa unificação, o papel do Cadastro Único (CadÚnico) foi fundamental, uma vez que, além de manter os já beneficiados por outras políticas de transferência de renda, incorporaria também novas famílias em situação de pobreza. Segundo Campello (2013, p. 15), uma das participantes do grupo formado pela Presidência da República em 2003 para elaborar o PBF, “era a primeira vez

que se desenhava uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais” como educação e saúde.

Sendo saúde e educação considerados pelos formuladores do Programa vetores para o combate à pobreza, o desenho do programa estabeleceu as seguintes condicionalidades, previstas no Artigo 3º da lei 10.836/04 que criou: “a concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento” (Brasil, 2004). Tais condicionalidades foram estabelecidas com o intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza através da exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens. Neste entendimento, o incremento da escolaridade de crianças e jovens de famílias pobres promoveria melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultos, melhorando a renda e saindo da condição de pobreza em relação a seus pais. Segundo Fonseca (2001) e Suplicy (2004), a exigência de frequência escolar mínima surgiu, nos programas de transferência de renda do Brasil, a partir das contribuições do economista José Marcio de Camargo em relação ao desafio de se combater o trabalho infantil. Na visão do economista, crianças e jovens, ao começarem a trabalhar muito cedo, acabam por abandonar a escola, não conseguindo completar a formação escolar e, dessa forma, diminuindo drasticamente as chances de terem melhores empregos e, consequentemente, se mantendo na condição da pobreza.

Torna-se pertinente pontuar que, em contraponto a um dos programas que o antecedeu, o Programa Fome

³ Entendemos o Jornal Estado de São Paulo como um veículo da chamada grande imprensa brasileira. Na definição proposta por Aquino, com a qual concordamos, qualifica-se como grande imprensa “os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país” (Aquino, 1999, p. 37).

Zero, o PBF inovou no fato de transferir dinheiro diretamente aos beneficiários e não exigir que esses recursos fossem gastos exclusivamente com compra de alimentos. Essa nova forma de transferir dinheiro dá às famílias beneficiárias mais autonomia para direcionar os gastos com aquilo que pensam ser o mais necessário, fato este que, segundo Campello (2013) e Paiva *et al.* (2013) rompeu com certos “mitos”, como, por exemplo, o de que as famílias de baixa renda não utilizariam o dinheiro de forma adequada. Sobre isso, Campello (2013, p. 17) ressalta:

A experiência mostrou, ao contrário, que elas [as famílias beneficiárias] não só compram corretamente como podem fazer um planejamento financeiro capaz de ampliar suas perspectivas e oportunidades. Ficou claro que ninguém melhor que a própria família para definir o melhor uso do dinheiro, tendo em vista suas características e necessidades.

Embora o Programa não estabeleça um “jeito certo” de se gastar o dinheiro, pesquisas como a de Pires (2012), por exemplo, mostram que o dinheiro recebido pelo programa possui, mais do que valor meramente monetário, um grande significado simbólico para as mães beneficiárias, que o consideram como um dinheiro para ser gasto com os filhos em contrapartida ao fato de os mesmos frequentarem a escola. Dessa forma, consideram, também, que é com os filhos que o dinheiro deve ser utilizado, seja para compra de roupas, materiais escolares, alimentos, etc.

É importante ressaltar que o contexto político que envolveu o lançamento do PBF era delicado. O governo Lula, à época em seu primeiro ano de mandato, recebia inúmeras críticas ao seu desempenho na área social, visto que o Programa Fome Zero, programa de combate à fome lançado no início de 2003, não apresentava os resultados esperados.

Havia também discordâncias em relação ao desenho do programa, as quais se davam tanto internamente como com importantes órgãos internacionais, como o Banco Mundial. Segundo Cohn (2012, p. 21), tais debates envolveram, sobretudo, dois aspectos essenciais do Programa: a focalização e as condicionalidades. Em relação à focalização, os técnicos do Banco Mundial previam que parte dos gastos deveriam ser destinados a verificar se o Programa estava, de fato, focalizado em famílias com renda *per capita* igual ou inferior ao estabelecido no desenho, enquanto, para os técnicos do governo federal, tais recursos deveriam ser usados, primordialmente, para aperfeiçoar os instrumentos técnicos do Programa (como o

CadÚnico). Com relação às condicionalidades, os técnicos do Banco Mundial propunham que as mesmas tivessem caráter punitivo e disciplinador para os beneficiários que não as cumprissem, proposta essa que contrapunha aquela defendida pelos técnicos do governo federal, que pressupunham que o controle das condicionalidades permitiria o acesso a direitos sociais para a população mais pobre e, também, para auxiliar os gestores locais no monitoramento dos serviços públicos oferecidos.

Embora tenha passado por inúmeras críticas e por grande descrença no momento de seu lançamento, como será visto neste artigo, o PBF fortaleceu-se nos últimos dez anos de tal maneira que se tornou a principal referência dos programas sociais do governo Lula (2003-2010) e do governo Dilma Rousseff (2010-2014). Informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013) mostram que, em 2013, o Programa atendera mais de 13 milhões de famílias, perfazendo uma população de cerca de 50 milhões de pessoas, ¼ da população brasileira.

A seguir, apresentaremos o método utilizado para a seleção e análise das matérias para depois apresentar as reflexões propostas tendo como referência os recortes temporais utilizados na pesquisa, a saber, 2003, 2008 e 2013. No final, sintetizaremos nossas observações nas Considerações Finais.

A Pesquisa no Jornal O Estado de São Paulo

Como já observado por Hohlfeldt e Strelow (2007), a discussão metodológica do jornalismo enquanto pesquisa científica é ainda bastante incipiente. Silva e Maia (2011, p. 2), por exemplo, entendem que, entre os principais impasses para a qualificação da pesquisa em jornalismo, estão “a ausência de menção aos métodos empregados e as frequentes confusões entre opções teóricas e opções metodológicas; as dificuldades de sistematizar procedimentos metodológicos e as inconsistências entre a metodologia pretendida e a metodologia praticada”. Nesse sentido, “os procedimentos para analisar o jornalismo, sobretudo, o jornalismo impresso, são bastante variados. Sua escolha depende dos objetivos do trabalho e do modo como o pesquisador compreende o jornalismo e a sociedade” (Strelow, 2010, p. 21).

Entendemos que as informações veiculadas pelos jornais e o consumo destas pela audiência não devem ser compreendidas a partir de posições interpretativas

extremadas. De um lado, dos que defendem as matérias veiculadas nos jornais como “espelho da sociedade” em um determinado momento de sua história, na qual os jornalistas e demais membros da imprensa, vistos como agentes desinteressados, buscariam nos fatos jornalísticos as verdades objetivas. Tampouco não nos parece adequado o entendimento da imprensa somente a partir de seu viés ideológico, no qual a mídia atuaria única e exclusivamente a serviço dos interesses de determinados grupos sociais emitindo e manipulando informações de acordo com esses interesses e apresentando-os como se fossem de interesse comum. De fato, o que parece existir é uma relação complexa em que, por um lado, os meios de comunicação representam valores da sociedade, ou pelo menos de parte dela, mas, por outro, eles também exercem grande influência na realidade social, por vezes a modificando e impondo novos recortes nas relações de poder (Pires, 1988). Dito de outro modo, os processos de produção, circulação e consumo das informações divulgadas na imprensa não são lineares, trata-se de “*percurso circular, no qual os diferentes momentos estão inter-relacionados*, [a mídia] é agente construtor da realidade e tem sua dinâmica influenciada por ela” (Strelow, 2010, p. 19)

Assim, compartilhamos o entendimento de (Bennetti, 2008), segundo o qual o jornalismo deve ser compreendido como um discurso dialógico, opaco epolifônico construído em um tempo e lugar históricos. Seus sentidos não são únicos e nem originais, à medida que se relacionam com outros que já foram construídos ou que serão ditos futuramente, em uma relação dialógica permeada por mecanismos de antecipação e de esquecimentos (Orlandi, 2013; Alvares, 2015). Face à complexidade apresentada, não temos a pretensão de propor um método pautado pela Análise de Discurso em seu sentido pleno, mas uma interpretação inspirada nesse método que possibilite estabelecer alguns sentidos às informações selecionadas do Jornal Estado de São Paulo no período proposto.

O *corpus* da presente investigação constitui-se por 27 (vinte e sete) matérias selecionadas a partir da leitura integral de 60 (sessenta) exemplares do Jornal Estado de São Paulo publicados entre os anos de 2003 e 2013. O corte temporal para a seleção dos exemplares privilegiou recortes de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, tendo como marco inicial a data de lançamento do PBF. Uma vez que o lançamento oficial do Programa ocorreu em 20 de outubro de 2003, optou-se por ler todos os exemplares entre os dias 16 e 30 de outubro, referência também para os anos de 2008 e 2013, para possibilitar informações não apenas da data, mas também das discussões que o

Tabela 1. Relação dos exemplares selecionados nos anos de 2003, 2008 e 2013.

Table 1. List of selected newspaper in 2003, 2008 and 2013.

Ano	Número de matérias
2003	15 matérias
2008	4 matérias
2013	8 matérias

precederam e suas eventuais repercussões. A exceção fica por conta do ano de 2003, uma vez que o Programa, por razões que evidenciaremos no decorrer deste trabalho, foi lançado duas vezes. Inicialmente previsto para ser anunciado no dia 19 de setembro, foi adiado para o dia 20 de outubro de 2003. Assim, no ano de 2003, foram lidos os exemplares dos dias 16 a 30 de outubro e de 16 a 30 de setembro de 2003. Além desses, foram lidos os exemplares de 16 a 30 de outubro do ano de 2008, marco de 5 anos do lançamento do Programa, e do ano de 2013, marco de 10 anos do Programa. Os exemplares foram consultados no acervo online do Jornal *O Estado de São Paulo* (Acervo Estadão, s.d.).

Para melhor compreensão do leitor, vale salientar que, com base em informações da Associação Brasileira de Imprensa (ABI, s.d.) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ, s.d.), entende-se por matéria qualquer material jornalístico, seja este uma notícia (informação ou acontecimento novo), um artigo (opinião de jornalistas e/ou do corpo editorial do jornal) ou uma reportagem (material jornalístico baseado em testemunhos). Por nota, entende-se notícias de textos breves. A Tabela 1 mostra a relação de matérias selecionadas nos três períodos mencionados.

Em relação ao perfil do leitor, o trabalho de Carlini (2013, p. 12-13) indica que 54% dos leitores são do sexo masculino, ante 46% do feminino. A maioria (62%) dos leitores situa-se na faixa de idade acima dos 35 anos e quase igual proporção (60%) nos estratos mais ricos, isto é, classes A e B.

Matérias em 2003

Com relação ao lançamento do PBF, sabemos que este ocorreu de maneira inusitada, visto que, como já mencionado, estava previsto para o dia 19 de setembro de 2003, mas foi adiado para o dia 20 de outubro de 2003. A primeira razão para o atraso no lançamento diz respeito

ao interesse do presidente Lula de não se indispor com os governadores, sobretudo por conta da então reforma tributária em curso no Congresso Nacional.⁴ Na ocasião, o Presidente Lula preferiu resolver, primeiramente, as questões da reforma tributária, para então ter uma conversa com todos os governadores a respeito do Programa, visando ao apoio destes na nova empreitada.

Em segundo lugar, as questões envolvendo o Cadastro Único (CadÚnico) também influenciaram o adiamento do lançamento do PBF, na medida em que, no mês de setembro, ainda não se sabia qual ente governamental arcaria com os custos da ampliação do cadastro e da inclusão dos beneficiários de programas anteriores. Embora o CadÚnico já existisse desde o ano de 2001, ainda no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, Cohn (2012) ressalta sua incipiência. O governo Lula aproveitou-se dessa iniciativa, estendendo e ampliando sua cobertura em seu primeiro ano de mandato, utilizando-o, dessa forma, para incluir todos os beneficiários dos programas de transferência de renda já existentes em um único cadastro que seguisse um único protocolo. Na data de lançamento do Programa, porém, o CadÚnico não estava completamente finalizado, fato este que fez com que algumas famílias ficassem sem o recebimento do benefício naquele momento. Segundo o *Estadão*, houve “festa” para alguns, e “decepção” para outros, como elucida a matéria abaixo, intitulada “Bolsa-Família estreia com festa e decepção”.

Ribeirão Branco – Geni e Maria Rosa são vizinhas e parceiras das dificuldades do dia-a-dia. Têm muitos filhos, os companheiros ganham pouco na lavoura e, não raras vezes, falta comida para todos. Moram em casas inacabadas de quatro cômodos doadas, pelo Estado, em Ribeirão Branco, a 229 quilômetros de São Paulo.

Nos últimos anos, as duas foram incluídas no Bolsa-Escola e no Vale-Gás. Foi um alívio ver a renda de R\$ 100 saltar para R\$ 145. Ontem, no primeiro dia de pagamento do Bolsa-Família, o sistema unificador dos programas sociais do governo Lula, as donas de casa viveram realidades distintas. Surpresa, Geni recebeu R\$ 50 a mais. Frustrada, Maria Rosa não recebeu nada (O Estado de São Paulo, 28/10/2003, p. A6).

A matéria acima nos faz compreender as dificuldades de unificar uma série de programas sociais preexistentes que operavam com lógicas próprias. Percebemos que, a exemplo dos casos de Geni e Maria Rosa, mudanças de grande porte, como as que ocorreram com o lançamento do PBF, estão sujeitas aos variados percalços. Pode-se considerar também que, ao retratar duas experiências antagônicas, o texto do jornal sugere que a proporção da “festa” e da “decepção” no lançamento do Programa foi a mesma, embora não apresente aos leitores informações adicionais que os permitam discriminar essas ponderações. Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação com o que Walter Bejmanin (1994) nos diz sobre informação, que, em contraponto à narrativa, além ser dada ao leitor ou telespectador (no caso da televisão) de forma rápida e objetiva, já vêm interpretada por aqueles que a passam.

As dificuldades encontradas pelos gestores do Programa em relação ao Cadastro mostram que o apoio dos governadores nesse momento contribuiria para facilitar a relação com os municípios, os quais ficariam responsáveis pelo cadastramento e pelo acompanhamento das condicionalidades. Porém, um dos principais entraves para governadores e prefeitos apoiarem o PBF diz respeito ao Cartão Magnético utilizado para o recebimento do dinheiro, que não previa espaço para a inserção de logomarcas de estados e municípios. O presidente Lula decidiu, então, ceder o espaço, como podemos verificar na matéria abaixo:

O presidente Lula mandou o publicitário Duda Mendonça refazer o cartão magnético idealizado para o Bolsa-Família, plano que unificará todos os programas de transferência de renda, para não causar ciúmeira nos governadores, com quem se reúne hoje, na granja do Torto. Na tentativa de atrair novos parceiros para o programa – aposta de seu governo para acabar com a apatia na área social – o presidente determinou que o publicitário ponha o logotipo de todos os estados e municípios que aderirem à proposta no cartão do Bolsa-Família. [...] Foi para não ferir vaidades políticas que Lula determinou a Duda Mendonça a inclusão de todos os parceiros no cartão (O Estado de São Paulo, 30/09/2003, p. A6).

Percebemos, portanto, que até mesmo o formato do cartão magnético enquanto meio disponibilizado aos

⁴ Dentre os principais pontos da referida reforma, pode-se pontuar a unificação da legislação do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços) e sua tributação, a tentativa de cessar a guerra fiscal entre os Estados pelo fim de incentivos e isenções, a utilização de alíquotas e a mudança no COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social) que o elevaria para 8%.

beneficiários para ter acesso à transferência de renda tornou-se uma questão fundamental. Advém daí a importância publicitária e a preocupação do presidente Lula com a inclusão dos logotipos dos demais entes federativos. A ideia de “apatia na área social” também é significativa, pois sugere aos leitores, sem oferecer informações complementares, que nada estava sendo feito nessa área.

A última razão para o adiamento do lançamento do PBF encontra-se definida na matéria a seguir, e diz respeito ao temor de não cometer os mesmos erros que o Programa Fome Zero:

Estava tudo pronto para a festa de lançamento do programa de unificação das ações sociais do governo, às 10h30 de hoje, no Palácio do Planalto, quando, na última hora, o presidente Lula decidiu mudar tudo e adiar o anúncio do Bolsa Família para outubro. Em conversa na manhã de ontem com o ministro da Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, Lula mostrou descontentamento com as ‘pontas desamarradas’ do novo programa de transferência de renda – a grande aposta para sair da apatia na seara social. O presidente reclamou que os governadores não haviam sido consultados pela equipe que há quatro meses trabalha no projeto. Mais: disse não querer repetir os erros do Fome Zero que empacou logo depois do lançamento por ter sido anunciado sem estar concluído. [...] No primeiro layout o programa se chamava Bolsa Familiar, mas o ‘r’ foi cortado pelo presidente (O Estado de São Paulo, 19/09/2003, p. A4).

Para finalizar as considerações no que diz respeito ao lançamento do Programa, nos dias 18 e 20 de outubro de 2003, foram encontradas apenas duas pequenas notas a respeito do lançamento do programa de unificação dos programas sociais do governo federal e, no dia 21 de outubro, uma matéria de capa a respeito da cerimônia de lançamento do Programa, que acontecera no dia anterior. A matéria, além de relatar trechos da fala do presidente Lula e enfatizar a ausência de vários governadores estaduais, deu conta de apresentar a polêmica causada por Guido Mantega, então secretário do Planejamento, em relação à verba destinada ao Programa, no qual o então secretário afirmou, durante a cerimônia, que o dinheiro destinado aos beneficiários do PBF teria que passar pela aprovação dos parlamentares.

Apontada como decisiva para que o governo Lula melhore seu desempenho numa área que não vai

bem, a unificação dos programas sociais foi lançada ontem no Palácio do Planalto sem garantia de que contará com todo o dinheiro necessário para atingir as metas fixadas por seus idealizadores. O comentário sobre a insuficiência dos recursos, feito pelo secretário do Planejamento, Guido Mantega, provocou insatisfação entre auxiliares diretos do palácio a ponto de, pouco mais tarde, Mantega recusar e garantir que os recursos existem. O programa é prioritário, esclareceu – e, se for necessário, haverá redução em outros segmentos para atender os programas sociais. ‘Vamos acabar com a fome no país dentro de três anos’, garantiu por fim (O Estado de São Paulo, 21/10/2003, p. A4)

Pode-se verificar que tal polêmica tornou-se mais relevante do que a proposta de unificação das ações em si, visto que ganhou repercussão em outras duas ocasiões no mesmo jornal, a saber, nos dias 22 e 24 de outubro de 2003. Por conta da declaração de Mantega, além da disputa interna do governo entre as verbas para o PBF e a verba destinada à área da saúde nesse mesmo ano, a questão orçamentária do Programa ganhou mais destaque e foi tratada com tom de polêmica.

Foi possível encontrar, em setembro de 2003, algumas matérias que versavam a respeito de características do desenho do PBF, sobretudo em contraposição às características do desenho do Programa Fome Zero. É o que se pode verificar na matéria a seguir, redigida por Suely Caldas.

Justamente na questão social, em que o partido [Partido dos Trabalhadores] reivindica o monopólio da preocupação e experiência, é que o governo cometeu mais erros. E a maioria por ingenuidade, amadorismo e inexperiência. Até chegar ao acertado modelo de unificar os programas sociais e entregar o dinheiro para as famílias decidirem a melhor forma de usá-lo, o governo passou por caminhos tortos e inexequíveis, que poderiam ter sido evitados. [...] o Fome Zero, nascido com pompa, festa e muito marketing. Seria o carro-chefe do governo Lula. Perdeu-se em meio a cupons, notas fiscais, falta de estrutura logística de transporte e estocagem de alimentos e à constatação de que o sofrimento maior dos pobres não é a fome, mas a subsistência, a necessidade de a família ter dinheiro para comprar um cobertor, um remédio, um par de sapatos e comida. É ela que sabe onde aperta, a prioridade é dela (O Estado de São Paulo, 21/09/2003, p. B2).

Aqui, nota-se que a jornalista afirma “ingenuidade, amadorismo e inexperiência” de um determinado grupo sem demonstrar no texto as razões que a levaram a estabelecer esse juízo de valor. Pode-se dizer que se trata de um enquadramento interpretativo na qual se busca exercer “influência no debate público filtrando e realçando aspectos determinados do tema, inclusive dando voz a alguns autores e silenciando outros” (Campos *et al.*, 2013, p. 8). Caldas atenta aqui para a característica presente no desenho do PBF de transferir dinheiro diretamente às famílias, para que elas estabeleçam suas prioridades e necessidades imediatas. A matéria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg corrobora esse entendimento:

Na ocasião do lançamento [do Programa Fome Zero], muitos especialistas criticaram este modelo, considerado ultrapassado. Sustentavam que não deveria haver a exigência de recibo, pois as famílias sempre sabem como gastar melhor a renda recebida. Mas o ministro José Graziano sustentou a tese do cartão x prova de gasto com alimentos e ganhou a parada. Por pouco tempo. Com o Bolsa Família, nome do programa unificado, sob o comando de Ana Fonseca, as famílias mais pobres receberão um piso de R\$ 50,00 para gastar como bem entenderem, sem necessidade de comprovação. Haverá parcelas acima disso, vinculadas ao número de filhos que precisam estar na escola (O Estado de São Paulo, 22/09/2003, p. B2).

Há também matérias encontradas nas edições de 2003 que fazem elogios ao PBF com relação às questões referentes à focalização, assim como à ação do governo Lula de unificar os programas sociais. Tais elogios vêm tanto de entrevistas como do próprio editorial do jornal. A edição do dia 21 de outubro de 2003 possui duas matérias que elogiam o Programa e também ações de transferência de renda. A primeira matéria, por Conrado Corsalette, intitula-se “O prato de quem tem”, que relata o caso dos benefícios que os programas de transferência de renda trouxeram à uma família pobre de São Miguel Paulista. Porém, a mesma matéria conta com relatos de outra família pobre da mesma cidade que não conseguiram, até aquele momento, ser beneficiados por nenhum programa. Na mesma edição, também podemos acompanhar a matéria de Priscila Murphy a respeito da contribuição de R\$ 1 bi do Banco Mundial para o PBF. A matéria conta, ainda, com uma entrevista com Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, que dirige vários elogios à iniciativa do governo federal.

O Brasil já está gastando de 18% a 20% do Produto Interno Bruto na área social. O importante a respeito da unificação é que ela vai tornar esse gasto mais eficiente. Temos várias experiências desse tipo no mundo e elas têm sido muito boas. Esse programa terá o papel de melhorar a distribuição de renda, mas também será um exemplo para outros (O Estado de São Paulo, 21/10/2003, p. A6).

O PBF e sua característica de focalização também foram elogiados em mais duas matérias do *Estado*, nos dias 25 e 26 de outubro de 2003. Na primeira ocasião, a matéria intitulada “Só crescimento não trará queda rápida da pobreza”, de Fernando Dantas, relata elogios do vice-presidente sênior do Banco Mundial, François Bourguignon, ao PBF: “Para ele, o Bolsa-Família ‘é o primeiro grande passo da política de redistribuição de renda no Brasil’” (O Estado de São Paulo, 25/10/2003, p. B4). Na edição do dia 26 de outubro, encontramos elogios em outra matéria redigida por Suely Caldas:

Se o programa Bolsa-Família for bem-sucedido, e governadores e prefeitos nele se engajarem elevando o valor do benefício, ajudando no cadastramento honesto dos mais pobres e não fizerem dele uso político-eleitoral (o PT também), o governo Lula poderá dar um passo extraordinário para superar a desigualdade social e começar a melhorar a distribuição de renda do País de forma crescente. Impossível hoje, com o programa mal começando, projetar os ganhos sociais no tempo. Mas uma coisa é certa: ao contrário do Fome Zero, que a inconsistência e o marketing reduziram a um produto, uma marca, o Bolsa-Família é bem concebido, tem conteúdo social transformador, dispensa marketing político (seus usuários nem sabem o que é isso) e, ao concentrar esforços e recursos nos que vivem na miséria faz justiça social e começa a tirar o Brasil da condição de campeão mundial da desigualdade (O Estado de São Paulo, 26/10/2003, p. B2).

Os elogios feitos pelo jornal, ao que podemos perceber, devem-se principalmente ao fato de o Programa concentrar seus esforços nos mais pobres, ou seja, possuir a característica da focalização. Entendemos que essa ênfase no enquadramento positivo à focalização do programa pode estar relacionada com a postura ideológica do jornal, de concepção liberal e conservadora (Aquino, 1999; Fonseca, 2003) em defesa da redução do tamanho do Estado e da focalização das políticas sociais.

A focalização das políticas sociais pode ser compreendida como um corolário da chamada “revolução conservadora”, iniciada na primeira metade da década de 1980 com os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, que, nas palavras de Rubens Ricúpero, “redefiniu a agenda econômica em favor do predomínio absoluto dos mercados, da redução do papel dos governos e diminuição drástica da influência dos sindicatos e da proteção social” (Ricúpero, 2010, p. 32). De maneira específica, essa concepção seria codificada no chamado “Consenso de Washington”, que veio a plasmar as exigências por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) no financiamento dos países endividados na década de 1990. Tais exigências normalmente envolviam:

[...] privatização sistemática e desregulamentação generalizada da economia; liberação comercial e abertura das fronteiras aos investimentos e da conta-capital à livre circulação dos capitais financeiros, redução do papel econômico do Estado e extensão do mercado até setores tradicionalmente públicos como saúde e educação, a água, a administração das prisões, exacerbção da competição e enfraquecimento dos programas de proteção aos desempregados e aos pobres e vulneráveis (Ricúpero, 2010, p. 33).

Em relação ao enfraquecimento dos programas de proteção destinados aos pobres e vulneráveis, convém lembrar que, no caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos sociais dos brasileiros rumo a um horizonte de universalização. Nesse sentido, Francisco Fonseca demonstrou como a grande imprensa brasileira, da qual faz parte o Jornal Estado de São Paulo, se manifestou contrária a uma série de avanços dos direitos sociais durante a Assembleia Constituinte (Fonseca, 2003).

Se o sistema de proteção social no Brasil parecia dirigir-se para uma progressiva universalização dos direitos, a década de 1990 apresentou seu revés. Em parte por uma reação em função da ampliação dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, em parte pela adoção de ideais neoliberais que passam a redirecionar a atuação do Estado, como visto nos parágrafos anteriores, os anos de 1990 marcam o entendimento de que os direitos sociais, ampliados pela Constituição, são um empecilho para a inserção do Brasil na economia internacional. É nesse contexto que emerge a força da focalização das políticas sociais.

Surge uma nova visão hegemônica no cenário nacional e internacional sobre as políticas sociais, ancoradas em

organizações internacionais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), prestigiando uma ideologia de proteção só para os desprotegidos, ou seja, as ações de proteção social advindas de recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha de pobreza, enquanto que o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado. Assim, assistimos em toda a década de 90, a desregulamentação da Constituição Federal de 1988, num ataque à agenda universalista prevista, que mesmo antes de ser implementada já sofreu um desmonte, através das reformas da previdência, onerando cada vez mais o trabalhador, a focalização da assistência social e a universalização excludente na saúde (Pereira et al., 2006, p. 11).

Percebemos, portanto, que há certa afinidade entre a postura ideológica do jornal *O Estado de São Paulo*, de caráter liberal e conservador, e uma característica do desenho do PBF, a focalização, o que, em nosso entendimento, nos ajuda a compreender o enquadramento mais favorável dos textos do jornal em relação ao desenho do PBF.

Torna-se importante apontar, também, que o PBF não esteve imune às críticas no momento de seu lançamento. Pelo contrário, havia muitas dúvidas sobre seu futuro. É, sobretudo, na questão das “portas de saída” que repousam a maior parte das críticas.

Um dos temores verificados nas matérias do jornal seria de que o programa se convertesse, nas palavras do empresário Antonio Ermírio de Moraes, em *Bolsa Esmola*. A ideia subjacente que sustenta essa posição seria de que o dinheiro pago às famílias tornar-se-ia uma espécie de desincentivo na busca por trabalhos remunerados e as tornariam dependentes de um Estado benevolente e tutelar, o qual “dá o peixe mas não ensina a pescar”. Às afirmações do empresário, Ana Fonseca, coordenadora do programa naquele momento, respondeu:

A secretária-executiva do Bolsa-Família, Ana Fonseca, rebateu ontem a crítica do empresário Antonio Ermírio de Moraes de que o programa é uma “esmola para o povo”. “Esse programa não é uma esmola, é um direito de cidadania”, disse ela. “As pessoas têm esse direito, é legal”. No dia anterior, o empresário havia feito uma de suas mais duras críticas ao governo Lula, dizendo que ele deveria concentrar-se em ações voltadas

para a geração de empregos, uma espécie de “Desemprego Zero”. Segundo Ermírio, “o brasileiro tem uma boa formação moral e ninguém gosta de receber esmola”. [...] Na sua resposta, na TV Câmara, Ana Fonseca reclamou que no país há uma ideia e uma cultura de que só tem direito à renda quem tiver contribuído. “As pessoas estão passando por situação de necessidade para levar seus filhos à escola, ao posto de saúde (O Estado de São Paulo, 25/10/2003, p. A10)

Torna-se importante considerar que as críticas proferidas por Antonio Ermírio de Moraes estão até certo ponto calcadas nos valores que legitimaram a formação de nossos sistemas de proteção social. Nesse enquadramento, as políticas sociais devem ser preferencialmente dirigidas às pessoas que não possuem ou que perderam a capacidade de gerar renda pelo trabalho. O PBF, ao transferir renda para pessoas aptas a atuarem no mercado de trabalho, rompe com esse entendimento. Na observação de Silva e Pires:

Não seria o caso de evocar a comparação com outra política de transferência de renda, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigida a pessoas com mais de 60 anos e deficientes, para ver como esta última não é objeto de tantas polêmicas e estereótipos como o PBF (Silva e Pires, 2015, p. 10).

Como veremos adiante, esse temor de que o Programa se convertesse em Bolsa Esmola não se confirmou. Todavia, era algo que estava muito presente nas matérias do jornal de então. Em trabalho recente, baseado no trabalho de Oliveira e Soares (2013) e Paiva *et al.* (2013) afirmaram:

O temor de que o Bolsa Família viesse a gerar alguma espécie de “efeito preguiça” pode ser descartado. [...] estudos apontam desde uma participação ligeiramente superior dos beneficiários no mercado de trabalho até uma pequena redução no número de horas trabalhadas pelas mães. Esses efeitos, quando observados, foram, em regra, de magnitude muito pequena para serem considerados relevantes (Paiva et al., 2013, p. 36).

Matérias em 2008

Como já visto na Tabela 1, nas edições d'O Estado de São Paulo do mês de outubro de 2008, marco de 5 anos do seu lançamento, não foram encontradas muitas

matérias relacionadas ao PBF. Apenas duas matérias tratavam especificamente do Programa. As outras duas mencionavam o PBF, mas seus focos eram as eleições municipais que, à época, tomavam conta do noticiário.

Com relação às matérias que versavam especificamente sobre o Programa, a primeira delas anuncia a oferta de cursos de profissionalização para beneficiários do Programa que se encontravam em situação de informalidade no mercado de trabalho e também cita o reajuste do Programa que, à época, passaria a destinar o benefício também a jovens entre 15 e 17 anos que estivessem na escola.

A segunda matéria encontrada diz respeito ao empréstimo de microcrédito que os beneficiários poderiam obter a partir do ano de 2009, visando auxílio àqueles que trabalham autonomamente.

Uma explicação plausível para o reduzido número de matérias sobre o Programa nas edições de 2008 deve-se à ocorrência de outros fatos importantes no Brasil e no mundo naquele momento, fatos esses que deslocaram o marco de 5 anos do PBF da mídia nacional. A crise imobiliária norte-americana, que impulsionou a crise econômica mundial dos anos de 2008 e 2009 foi um dos principais assuntos tratados em todas as edições lidas, do dia 16 a 30 de outubro de 2008.

Outro assunto em alta nessa ocasião eram as eleições municipais de 2008, no qual as disputas eleitorais também ganharam páginas de todas as edições do jornal. Nestas, encontramos menções a respeito do PBF e seu impacto nas eleições, visto que foi um programa lançado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido que concorria nas mais diversas cidades brasileiras. Isso fica evidente, por exemplo, em uma matéria intitulada “Renda e instrução polarizam no Rio”, referente às eleições do estado do Rio de Janeiro, que tinham como candidatos Fernando Gabeira (PV) e Eduardo Paes (PMDB) e que conta com a opinião do cientista político Cesar Romero Jacob.

Para Jacob, Gabeira se beneficia, nas áreas de classe média, da força da oposição ao presidente Lula, que lhe dá acesso ao eleitorado mais conservador, e também da atuação, no passado, em defesa de bandeiras alternativas, o que atrai o voto jovem e de esquerda. “Acho que alguns votarão nele pela biografia, outros pelo presente”, diz o pesquisador, lembrando que o candidato tem biografia ‘glamourosa’, de ex-guerrilheiro. ‘Eduardo Paes pega o eleitorado que votou no Lula pela política de distribuição de renda, Bolsa-Família, inclusão social’ (O Estado de São Paulo, 19/10/2008, p. A10).

Outra matéria, também relacionada às eleições, mostra que as disputas nas capitais estavam acirradas entre serristas (apoiadores do candidato ao Partido da Social Democracia Brasileira à presidência José Serra) e lulistas (apoiadores do presidente Lula do Partido dos Trabalhadores). Em uma situação inusitada, o candidato à prefeitura de Manaus (AM), embora não apoie claramente nem Serra nem Lula, utiliza o Bolsa-Família como objeto de campanha, como podemos observar na matéria de Silvia Amorim:

Em Manaus, Serra e Lula terão que se empenhar no cortejo ao novo prefeito, o ex-governador Amazonino Mendes (PTB). Opositor histórico do petista, Amazonino procurou se aproximar do governo federal nessas eleições e prometeu até criar uma versão regional do programa Bolsa-Família. Por outro lado, o prefeito eleito já teve relações bem próximas com o tucanato, o que o torna um aliado em potencial de Serra em uma eventual candidatura ao Planalto (O Estado de São Paulo, 28/10/2008, p. A8).

Matérias em 2013

No mês de outubro de 2013, que marca os 10 anos do início do PBF, o jornal *O Estado de São Paulo* não lançou nenhuma matéria especial dando destaque à comemoração dessa primeira década do Programa, embora tenha sido possível encontrar matérias sobre o assunto, sobretudo no dia 31 de outubro, data da cerimônia de comemoração dos 10 anos de PBF. Foram encontradas algumas matérias anteriores às do dia 31 que mencionavam o Programa.

Uma delas, de 16 de outubro, intitulava-se “Dilma reage a Marina no microfone e na Internet”. A matéria trata do discurso feito pela presidente em um evento em Vitória da Conquista (BA), em que a mesma assinalou que crescimento do Produto Interno Bruto não quer dizer, necessariamente, que o país seja desenvolvido, se este não tiver, de fato, distribuição de renda. Abaixo as palavras da presidente Dilma Rousseff encontradas na referida matéria:

É óbvio que a gente precisa que a economia cresça, é óbvio que a gente precisa que o PIB cresça, mas no Brasil temos a experiência do passado em que o PIB crescia e a renda se concentrava na mão de poucos.

Queremos que o PIB cresça, mas que a renda seja distribuída. Por isso fizemos o Bolsa-Família, o Minha Casa, Minha Vida e o Mais Médicos (O Estado de São Paulo, 16/10/2013, p. A8).

A matéria de Suely Caldas intitulada “A economia no brejo” também aponta a mesma relação feita pela presidente Dilma Rousseff entre o crescimento do PIB e os programas de transferência de renda. Nas palavras de Caldas,

O maior inimigo eleitoral de Dilma tem sido – e será em 2014 – o fiasco no crescimento econômico. O alívio do 2º trimestre (o PIB cresceu 1,5%) rapidamente desmoronou e hoje não há, nem mesmo no governo, quem projete uma taxa positiva para o 3º trimestre. Com isso o PIB pode fechar 2013 em torno de 2%, bem abaixo dos 2,9% projetados para a economia mundial. Os maiores amigos da candidata têm sido a geração de empregos e o aumento da renda salarial (com fôlego mais lento, é verdade, mas ainda crescendo), além do Bolsa-Família e outros programas sociais (O Estado de São Paulo, 20/10/2013, p. B2).

Interessante notar as mudanças em relação às matérias do ano de 2003, em que os programas sociais, notadamente o PBF, eram vistos como os pontos fracos do primeiro ano da administração Lula (2003-2007) à já mencionada apatia na área social. Já no ano de 2013, o PBF aparece como um dos principais “aliados” da candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Alguns trabalhos corroboram esse entendimento. Zucco, por exemplo, mostra que, embora não se possa afirmar peremptoriamente como se comportam os beneficiários e não beneficiários do PBF na hora de votar, informações do primeiro turno das eleições em 2014 indicam que, quanto maior a parcela de beneficiários do Programa em uma cidade, maiores são as chances da presidente Dilma ganhar naquela localidade. “Segundo o estudo, um em cada cinco votos em Dilma está relacionado ao mais famoso programa de transferência de renda dos governos petistas. A extrapolação dos resultados, porém, sugere que a presidente teria recebido votações expressivas nos locais mais pobres, mesmo sem o programa” (O Estado de São Paulo, 13/10/2014, p. A8). Em trabalho posterior, o autor (Zucco, 2015) desenvolve e amplia essa compreensão sinalizando para um importante efeito do PBF inclusive entre eleitores que não recebem o benefício.

Um personagem que apareceu muito nas matérias do jornal a respeito do Programa foi Luiz Inácio Lula da

Silva. Quatro matérias encontradas nas edições do mês de outubro envolvem o nome do ex-presidente, responsável pelo lançamento do Programa em 2003. Uma dessas menções ao ex-presidente refere-se à matéria de Ricardo Chapola, no qual Lula pede a militantes, via Internet (Facebook e página oficial do Partido dos Trabalhadores), que apoiem a divulgação dos resultados atingidos pelos programas sociais no governo Dilma Rousseff, dentre os quais são citados o Bolsa Família e o Prouni.

Nas redes sociais, Lula se manifesta nas seguintes palavras:

'Quem se informa e debate política pela internet precisa saber das histórias dos mais de um milhão de jovens filhos da classe trabalhadora que chegaram à universidade pelo Prouni; das 14 milhões de famílias pobres que antes eram abandonadas, e hoje podem ter uma vida mais digna graças ao Bolsa Família' diz o texto, enviado também por e-mail aos filiados do PT, seguindo uma proposta do Diretório Nacional ao partido (O Estado de São Paulo, 17/10/2013, p. A8).

No dia 31 de outubro, edição do jornal em que a cerimônia de comemoração dos 10 anos do Programa é contemplada, o nome do ex-presidente também aparece nas matérias. Já na capa da referida edição, vemos o anúncio de uma matéria referente à cerimônia. Nela, sublinha-se que, para enfrentar a aliança de Marina Silva e Eduardo Campos para as eleições de 2014, o PT contará (novamente) com o apoio de Lula à Dilma Rousseff.

Em matéria que versou diretamente sobre o Programa, o então candidato à presidência pelo PSDB, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), defende-se da suposta acusação de que, se eleito Presidente da República, acabaria com o Programa. Aécio diz, em entrevista coletiva convocada por ele mesmo, querer tornar o programa “definitivo”.

A proposta do senador tucano altera a lei que trata da assistência social e vincula o Bolsa Família ao Fundo Nacional de Assistência Social, com recursos garantidos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A partir da aprovação desse projeto, o Bolsa Família deixa de ser um programa de governo ou de um partido político e passa a ser uma política de Estado', afirmou Aécio. Integrantes da base governista criticaram a proposta. 'O Bolsa Família já está consolidado há 10 anos. No lugar dele, eu estaria apresentando um projeto que representasse avanços', disse o líder do governo no

Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) (O Estado de São Paulo, 31/10/2013, p. A8).

Em tom provocativo, Aécio sugere que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sido homenageado na cerimônia dos 10 anos do PBF, por ter iniciado os programas de transferência de renda. Depreende-se da matéria supracitada que até mesmo o candidato do PSDB, atual oposição ao governo petista, sugere tornar o PBF em um direito social constitucionalmente garantido. Nessa ocasião não se cogita, em nenhum momento, criticar o Programa a partir, por exemplo, da vertente seguida pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes em 2003, mas de propor uma maneira de constitucionalizá-lo, tornando-o, definitivamente, uma política de Estado. Percebemos, portanto, que a discussão sobre portas de saída que marcou o lançamento do Programa praticamente se extinguiu concomitantemente ao fortalecimento do Programa, o qual se evidencia no discurso de um candidato da oposição que defende sua constitucionalização.

Considerações finais

Entre as matérias que tratavam o PBF como Bolsa Esmola, tal como encontrado no ano de 2003, até a defesa, pelo principal candidato da oposição de constitucionalizar o benefício, pode-se perceber que muita coisa mudou. Essas mudanças, sobretudo na sensibilidade com relação ao PBF, buscaram ser evidenciadas no presente artigo.

Como se viu, no ano de 2003, as críticas de Antonio Ermírio de Moraes foram ressaltadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, críticas estas que recaíam sobre as “portas de saída” e tratavam o PBF como “Bolsa Esmola”, por uma característica de seu desenho de não exigir um tempo máximo de permanência no Programa. Tais críticas, ao longo dos anos, arrefeceram. Algumas hipóteses podem ser levantadas, tais como o impacto de pesquisas que apontam que a média de beneficiários do Programa em atividade no mercado de trabalho é maior que a média geral da população e o peso do apoio popular e eleitoral do programa. De qualquer maneira, é digna de nota essa transformação nas matérias dos jornais, na qual as políticas sociais deixam de ser compreendidas como ponto fraco para se converterem no “principal aliado” da campanha pela reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Em segundo lugar ressaltamos a importância de relacionar os elogios feitos ao desenho do Programa, notadamente em relação à focalização, com a postura ideológica do jornal.

Por fim, após 10 anos de existência e de tamanho sucesso, o PBF se legitimou, enquanto programa de transferência de renda do governo federal, de tal forma que até mesmo o principal candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB), ressaltou, em entrevista, a importância de “terminar” aquilo que foi feito pelo PT com a constitucionalização do Programa, para, de fato, tornar-se uma política de Estado.

Nesse sentido, pode-se perceber que houve certa mudança da percepção do jornal e da opinião pública no que diz respeito às portas de saída. No lançamento do PBF, muitas eram as discussões a respeito das portas de saída pelo fato de o referido Programa não estipular tempo máximo de permanência, em contraponto a outros programas de transferência de renda municipais, tal como o Programa de Garantia de Renda Mínima do município de Campinas (SP), que estipulava o tempo máximo de permanência de um ano aos seus beneficiários.

Referências

ACERVO ESTADÃO. [s.d.]. Home. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 13/08/2015.

ALVARES, M.B.N. 2015. Educação e Pobreza: interpretações a partir das Cartilhas, Guias e Manuais do Programa Bolsa Família (2006 – 2015). Texto elaborado para a realização de Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 103 p.

AQUINO, M.A.D. 1999. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru, Edusc, 270 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). [s.d.]. Disponível em: <http://www.abi.org.br/>. Acesso em: 29/05/2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). [s.d.]. Home. Disponível em: <http://www.anj.org.br/index.php>. Acesso em: 29/05/2014.

BENETTI, M. 2008. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, (15):13-28.

BENJAMIN, W. 1994. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: W. BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, p. 197-221.

BRASIL. 2004. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

CAMPELLO, T. 2013. Bolsa Família – dez anos de contribuição para as políticas sociais. In: T. CAMPELLO; M.C. NERI (orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, p. 15-24.

CAMPOS, L.A.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.T. 2013. Administrando o debate público: o Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, (11):7-31.

CARLINI, M. 2013. *Análise das notícias sobre ciência em saúde nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 87 p.

CASTEL R. 2003. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 609 p.

COHN, A. 2012. *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 189 p.

FONSECA, A.M. 2001. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo, Cortez, 232 p.

FONSECA, F. 2003. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, out., p. 73-92.

HOHLFEDLT, A.; STRELOW, A. 2007. “Metodologias de pesquisa. O estado da arte no campo do Jornalismo: os núcleos de pesquisa da Intercom”. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, V, Aracaju, 2007. *Anais...* Aracaju.

OLIVEIRA, L.F.B; SOARES, S.S.D. 2013. “Efeito Preguiça” em Programas de Transferência de Renda? In: T. CAMPELLO; M.C. NERI (orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, p. 241-258.

ORLANDI, E.P. 2013. *Análise de Discurso*. Campinas, Pontes, 100 p.

PAIVA, L.H; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L.D.T. 2013. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: T. CAMPELLO; M.C. NERI (orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, p. 25-46.

PEREIRA, J.; SILVA, S.; PATRIOTA, L. 2006. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte. *Qualit@s - Revista Eletrônica*, 5(3):1-14.

PIRES, A. 2012. Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, 42(145):130-161.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000100009>

PIRES, A. 1988. *Velhos em revista: envelhecimento e velhice nas páginas de Claudia e Playboy (anos 80 e 90)*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 193 p.

RICÚPERO, R. 2010. *Diário de Bordo: a viagem presidencial de Tancredo Neves*. São Paulo, Imprensa Oficial, 456 p.

SILVA, A.L.E.; PIRES, A. 2015. O Programa Bolsa Família: percepções de mães beneficiárias sobre educação e a possível

construção de uma vida nova para seus filhos. *Comunicações*, 22(1):7-25. <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n1p7-25>

SILVA, G.; MAIA, F.D. 2011. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *RuMoRes*, 5(10):1-19.

STRELOW, A. 2010. *Análise Global de Processos Jornalísticos: uma proposta metodológica*. Porto Alegre, EdPUCRS, 465 p.

SUPLICY, E. 2004. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez, 389 p.

ZUCCO, C. 2015. The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002–2014). *Brazilian Political Science Review*, 9(1):135-149.

Fontes primárias

ÁLVARES, D. 2013. Aécio quer tornar Programa ‘definitivo’. *O Estado de São Paulo*. Brasília, 31 out., p. A8.

AMORIM, S. 2008. Capitais de equilibram entre lulistas e serristas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 out., p. A8.

CALDAS, S. 2003. Faça a coisa certa. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 set., p. B2.

CALDAS, S. 2003. A vez dos mais pobres. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 out., p. B2.

CALDAS, S. 2013. A economia no brejo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 out., p. B2.

CHAPOLA, R. 2013. Lula faz apelo na web por defesa do governo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 out., p. A8.

CORSALETTE, C. 2003. O prato de quem tem. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 out., p. A6.

DANTAS, F. 2003. Só crescimento não trará queda rápida da pobreza. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 out., p. B4.

DILMA reage a Marina no microfone e internet. 2013. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 out., p. A8.

MADUEÑO, D. 2003. Na briga, esmola, desemprego e Fome Zero. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 out., p. A10.

MONTEIRO, T.; WEBER, D. 2003. Lula lança Bolsa-Família, sem verba garantida. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 out., p. A4.

NUNOMURA, E. 2003. Bolsa-Família estreia com festa e decepção. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 out., p. A6.

ROSA, V. 2003. Lula muda marketing social para atrair Estados. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 set., p. A6.

ROSA, V.; WEBER, D. 2003. Lula manda rever unificação na área social. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 set., p. A4.

ROSA, V.; WEBER, D. 2013. Lula trata Marina e Campos como rivais do PT, ataca ex-ministra e blinda Dilma. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 out., p. A4.

SARDENBERG, C.A. 2003. Mudando em pleno vôo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 set., p. B2.

TOSTA, W. 2008. Renda e instrução polarizam no Rio. *O Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 19 out., p. A10.

ZUCCO, C. 2014. Peso do bolsa família é maior em 2014. *O Estado de São Paulo*, 13 out., p. A8.

Submetido: 20/10/2014

Aceito: 15/07/2015